



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Caminhos do humanismo e a necessária construção de um novo paradigma de paz dentro do problema da paz anglofônica que está entre a paz britânica e a paz americana

Ivanaldo Santos
Lafayette Pozzoli

Como citar: SANTOS, I.; POZZOLI, L. Caminhos do humanismo e a necessária construção de um novo paradigma de paz dentro do problema da paz anglofônica que está entre a paz britânica e a paz americana. *In:* SALATINI, R.; DIAS, L. F. (org.). **Reflexões Sobre a Paz Vol. II paz e tolerância.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 77-98.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p77-98>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAMINHOS DO HUMANISMO E A NECESSÁRIA
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DE PAZ
DENTRO DO PROBLEMA DA PAZ ANGLOFÔNICA
QUE ESTÁ ENTRE A PAZ BRITÂNICA E A PAZ
AMERICANA

Ivanaldo Santos
Lafayette Pozzoli

INTRODUÇÃO

O presente estudo não deseja realizar uma exaustiva análise das causas e possíveis soluções para a crise da paz na sociedade contemporânea. A intensão é bem mais modesta. Entretanto, num processo de *reexaminar a problemática da paz*, o objetivo do presente estudo é analisar o problema da paz anglofônica ou paz de língua inglesa. A análise terá por base os dois países que mais incentivaram e patrocinaram esta experiência de paz, ou seja, a Inglaterra e os EUA. Para alcançar o objetivo o estudo foi dividido em cinco partes, sendo elas: o conceito de paradigma; o paradigma moderno da paz; a *pax romana*; a paz anglofônica: entre a paz britânica e a paz americana; limites e problemas da paz anglofônica.

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p77-98>

Vale ressaltar que a sociedade contemporânea experimenta um mal-estar social, histórico e civilizacional¹. Um mal-estar que se apresenta de diversas formas como, por exemplo, as crises políticas e econômicas, a grande crise da identidade europeia e ocidental, o terrorismo, as novas ondas de imigração causadas por guerras e por problemas sociais.

Dentro do contexto de uma ascensão do mal-estar civilizacional, o Ocidente vive uma crescente experiência do aumento das formas de manifestação da violência e de uma gradual, porém constante, perda da noção de paz, que proporciona às ciências humanas a repensarem o *conceito de paz* e, por conseguinte, perceberem a *paz como um problema* que necessita, com urgência, ser esclarecido. Um *problema* que afeta, ao redor do mundo, tanto governos e Estados como também a vida dos cidadãos, das comunidades e cidades.

O artigo apresenta caminhos para se trabalhar um modelo de paz para a atualidade, sem desconsiderar a paz anglofônica, muito embora, como a *pax romana*, trouxe para a sociedade moderna uma onda de violência e de níveis diferentes de opressão. Um projeto de paz para o século XXI que leva em conta as aspirações das grandes nações ao redor do mundo, mas principalmente as pretensões das demais nações de participarem no poder global e de democratização dos espaços de construção da paz oriundos dos organismos multilaterais, mas também a construção de caminhos e meios diplomáticos, políticos e econômicos para a efetivação da municipalidade na construção de um projeto mais eficaz para a paz na sociedade mundial.

Enfim, com a leitura do artigo o leitor depreenderá que o desafio que se apresenta no momento, em se tratando de paz, é conseguir unir o desenvolvimento técnico-material com as reivindicações de participação, de integração, de liberdade e de convivência mais amistosa que apontem para uma sociedade justa e fraterna.

¹ O presente estudo não proporciona um debate sobre o conceito e a existência do pós-moderno ou da pós-modernidade. Para um debate aprofundado do tema, recomenda-se consultar: Lyon (1998), Dip (2002), Jameson (2002), Oliveira (2002), Vattimo (2002), Harvey (2004) e Lyotard (2004). No tocante ao tema do mal-estar na sociedade contemporânea, recomenda-se consultar: Kaplan (1993) e Bauman (1999).

O CONCEITO DE PARADIGMA

Inicialmente, afirma-se que o conceito de *ciência normal* é desenvolvido pelo filósofo da ciência Thomas S. Kuhn no livro *A estrutura das revoluções científicas* (KUHN, 2002), publicado originalmente em 1962. É preciso esclarecer que Thomas S. Kuhn arrazoa certas categorias de pensamento, como, por exemplo, *paradigma* e *ciência normal*, a partir da dinâmica interna das ciências exatas, notadamente a física e a matemática.

Por causa disso, o presente estudo não é uma apresentação, em si, das ideias de Thomas S. Kuhn. Pelo contrário, parte-se dessas ideias e, logo em seguida, se faz uma aplicação do seu conteúdo à problemática da paz.

Feito essa importante observação inicial, afirma-se que para Thomas S. Kuhn é preciso ver a ciência num plano mais amplo, ou seja, no plano de rupturas e de revoluções teóricas dentro da ciência. São essas revoluções que trazem algum tipo de resposta aos problemas científicos, mesmo que a resposta seja parcial e incompleta, e, por isso, possibilita algum tipo de avanço no corpo científico. É por isso que ele vê essas revoluções como elementos de ruptura, de quebra, com a tradição. Para ele, as “[...] revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada.” Com isso, forçando a “[...] comunidade a rejeitar a teoria científica aceita em favor de outra incompatível com aquela [...]”, sendo que tais “[...] mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas.” (KUHN, 2002, p. 25).

Para Thomas S. Kuhn, as *revoluções científicas* trazem, de um lado, a desagregação ou decadência das teorias científicas que, antes da revolução, eram dominantes e vislumbradas como modernas e vanguardistas. É o que ele vai chamar de *paradigma*. Do outro lado, essas revoluções provocam a emergência de um novo paradigma, o qual substituirá o paradigma anterior. Na análise de Thomas S. Kuhn, a existência de um paradigma é de suma importância. Para ele, isso acontece porque na “[...] ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento de determinada ciência têm probabilidade de parecerem igualmente relevantes.” (KUHN, 2002, p. 37).

Thomas S. Kuhn define *paradigma* da seguinte forma: “[...] considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (KUHN, 2002, p. 13).

Ainda segundo Thomas S. Kuhn, o problema é que nenhum paradigma pode manter o estado de novidade e de revolução permanentemente. Para usar uma metáfora oriunda do universo militar, afirma-se que não é possível manter o estado de guerra eternamente. Por isso, é preciso reformar o Estado, gerar empregos e desmobilizar os soldados. Da mesma forma acontece com a ciência, ou seja, não se pode manter o *status* de novidade e de vanguarda indefinidamente. É preciso ensinar a ciência, formar professores, funcionários públicos, cientistas, profissionais da divulgação da ciência e outras estruturas da sociedade. Com isso, o *status* de novidade se perde para aquilo que o próprio Thomas S. Kuhn vai definir como *ciência normal*.

Sobre a ciência normal, Thomas S. Kuhn dá o seguinte conceito:

[...] “ciência normal” significa pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior. (KUHN, 2002, p. 29).

Para ele, a “[...] maioria dos cientistas, durante toda sua carreira, ocupam-se com operações de limpeza (do paradigma estabelecido). Elas constituem o que chamo de ciência normal”, sendo que a “ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos. A pesquisa da ciência normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos” (KUHN, 2002, p. 4). Por causa disso, a “[...] ciência normal pode avançar sem regras [explícitas] somente enquanto a comunidade científica relevante aceitar sem questões as soluções de problemas específicos já obtidos.” (KUHN, 2002, p. 72).

Segundo Thomas S. Kuhn, a nova ciência, expressa pelo movimento de vanguarda e de renovação trazido pelo surgimento de um novo paradigma, o qual veio dar algum tipo de solução, mesmo que superficial e passageira, para problemas tradicionais que o antigo paradigma não

consegue resolver; é expressa em livros e artigos inovadores e revolucionários. São textos que provocam grandes debates e até mesmo rupturas na comunidade de intelectuais. Por sua vez, passada a fase inicial, a fase de revolução e vanguarda, esse novo paradigma tende a se acomodar e, por causa disso, passa a produzir um tipo de literatura de manual, uma literatura voltada a fazer propaganda e a divulgar as ideias, métodos e outras questões relacionadas com a dinâmica interna do paradigma. Esse tipo de literatura, uma literatura de propaganda, Thomas S. Kuhn vai chamar de *literatura de manual*. Para ele, esse tipo de literatura “[...] corpo da teoria aceita, ilustra muitas das (ou todas as) suas aplicações bem-sucedidas e compara essas aplicações com observações e experiências exemplares.” (KUHN, 2002, p. 29).

No entanto, apesar desse tipo de literatura estar carregada dos mais altos valores éticos, ela demonstra que na prática o paradigma perdeu o seu vigor, o seu caráter de novidade, de vanguarda e de revolução. Ele se transformou em ciência normal e, por isso, precisa ser superado por outro paradigma.

O PARADIGMA MODERNO DA PAZ

Apesar do conceito de paz ainda estar em aberto e, desde o mundo antigo, está sendo edificado, debatido e refletido, percebe-se que, numa perspectiva próxima ao conceito de *paradigma* de Thomas S. Kuhn, foram construídos modelos de paz ao longo da história. Sinteticamente é possível se afirmar a existência de cinco modelos históricos da paz. O primeiro modelo ou – na terminologia de Thomas S. Kuhn – *paradigma* da paz é o modelo da Grécia antiga. O segundo modelo de paradigma da paz é o modelo do antigo império romano também conhecido como *Pax Romana*. O terceiro modelo de paradigma da paz é o espiritual e subjetivo presente na pregação de Jesus Cristo. O quarto modelo de paradigma da paz é o da integração espiritual-poético e política presente em pensadores como, por exemplo, Santo Agostinho e Tomás de Aquino. O quinto modelo de paradigma da paz é o da paz perpétua. Trata-se de um modelo desenvolvido pelo pensador alemão Immanuel Kant no século XVIII (SANTOS, 2017).

Salienta-se que, dentro de um debate sobre a problemática da paz, o tema da *paz perpétua*, proposto por Kant, é de vital importância. Trata-se de um tema que, de um lado, sintetiza as esperanças humanas de um futuro próspero e pacífico, longe das guerras, da destruição e da violência e, de outro lado, é um tema que fundamenta as discussões modernas sobre a paz (SALATINI, 2014).

O presente estudo não é uma apresentação pormenorizada do paradigma moderno da paz. O paradigma que, por razões diversas, ainda está em vigência dentro da sociedade. No entanto, a título de esclarecimento, afirma-se que o paradigma moderno da paz, que tem como um dos seus fundamentos a ideia da paz perpétua desenvolvida por Kant, tem cinco eixos centrais. Estes eixos são: 1) Segurança básica do cidadão (saúde, educação, previdência etc.); 2) Predomínio da razão e da pessoa; 3) Equilíbrio de poder entre forças antagônicas (religiões diferentes, entre público X privado, capitalismo X socialismo etc.); 4) Criação de espaços privilegiados para o debate político e diplomático internacional. No século XX e início do XXI a Organização das Nações Unidas (ONU) ganha destaque como um organismo internacional que, juntamente com outros organismos (União Europeia, OEA etc.), deve promover a paz, e 5) Uso da coerção. A coerção consiste no uso da força por um país, um grupo de países ou por algum organismo que tenha legitimidade internacional (ONU, UE etc.) para promover e estabelecer a paz.

No entanto, dentro da perspectiva de paradigma, para se refletir sobre o problema da paz anglofônica é necessário se conhecer, mesmo que de forma introdutória, o paradigma da paz do antigo império romano também conhecido como *pax romana*.

A PAX ROMANA

Em linhas gerais, afirma-se que o paradigma de paz do império romano segue a ideia de paz na *pólis* estabelecida pelos gregos, ou seja, uma paz que consiste na ausência de catástrofes naturais e grandes conflitos sociais (fome, falta de água potável etc.). Assim como na Grécia antiga, especialmente Atenas, Roma era uma cidade-Estado governada por um *demos* – o governo dos cidadãos – e realizou, dentro da história, a importante

experiência de ter um *senado*, ou seja, o governo das lideranças políticas, dos líderes das oligarquias e lideranças políticas oriundas do exército, do empresariado e de grupos sociais independentes. Em tese, a paz em Roma era mantida por uma complexa rede de diplomacias e negociações políticas realizadas no senado.

O problema é que a Roma, uma pequena aldeia de agricultores do século VII a.C., com o passar dos séculos, das conquistas militares e do crescimento do poder político do exército romano (ROSSI, 2011), se transformou em um vasto império que aterrorizou e levou a influência da cultura greco-romana para quase todo o mundo antigo.

Com essa gigantesca transformação, o senado romano perdeu poder diplomático e político. Foi transformado, em grande medida, num espaço de disputas de privilégios políticos e de aparente normalidade democrática. Na prática o poder político-diplomático e, por conseguinte, o estabelecimento da paz, estava nas mãos do exército, do imperador e da sua respectiva corte. Por sua vez, o período do império romano, que vai do século I a.C. até o século II d. C., o chamado mundo civilizado, ou seja, o mundo existente dentro das fronteiras do império romano, incluindo o seu raio de influência em regiões como o Egito e o Líbano, experimentou um dos mais longos períodos de paz que a humanidade já desfrutou.

Esse longo período de paz ficou conhecido como *pax* romana. Na prática, a *pax* romana consistia na garantia de suprimentos de água potável, comida e moradia para as populações das principais cidades e zonas rurais mais influentes do império, incluindo a capital, a cidade de Roma. Além disso, havia a sólida política imperial, mantida pelo exército, de segurança das fronteiras. Uma política de contenção dos inimigos externos ao império (invasões de outros povos, deter o avanço de exércitos inimigos etc.) e inimigos internos (rebeliões populares, insurreições, tentativas de golpes militares, tentativas do senado reconquistar o poder político etc.) (WENGST, 1991; SERIQUE, 2011).

O paradigma da *pax* romana se caracteriza por 300 anos de ausência de grandes conflitos armados, de relativa tranquilidade nas fronteiras do império e de estabilidade política nas cidades. No entanto, toda essa estabilidade foi conquistada à custa da centralização do poder político, da

perda crescente do poder de decisão do senado e do *demos* – a classe dos cidadãos –, da ampliação da repressão da população civil, das aspirações de liberdade sócio-política, da ampliação da escravidão e de políticas populistas de conquistas de apoio popular. Políticas que ficaram caracterizadas, por exemplo, pela distribuição de pão, de vinho, de festas ao lar livre com a presença de grupos musicais populares e muito mais. É o conhecido período do pão e circo.

A existência do paradigma da *pax* romana demonstra que, de um lado, de fato é possível amplos períodos da história com tranquilidade social e ausência de grandes conflitos armados. Do outro lado, é um período que abre espaços para o questionamento e a reflexão em torno do sentido da paz. A paz é apenas a ausência de guerras militares? A população romana e principalmente os povos que viviam sob o jugo da Roma imperial, viviam realmente em paz? A liberdade de expressão e a liberdade política são fatores que fazem parte da paz? Um bom exemplo de como a *pax* romana era na prática uma paz social, mas não atingia uma perspectiva mais profunda de paz, foram os cristãos. Trata-se de uma religião que nasce e se desenvolve dentro da *pax* romana. No entanto, é uma religião perseguida, onde os seus fiéis tinham que escolher entre negar a sua crença religiosa e, com isso, proclamar publicamente a divindade do imperador ou morrer. Uma escolha nada livre, uma escolha que não apresenta uma postura do que se espera de um período de paz.

O paradigma da *pax* romana ruiu junto com o império romano. No entanto, de um lado, o período da *pax* romana demonstra que a humanidade realmente necessita vivenciar longo e estável período de paz. Durante o tempo que compôs a chamada *pax* romana, o ser humano experimentou um raro momento de prosperidade material, estabilidade e pacificação social. Do outro lado, a queda do império romano – ao menos o império romano ocidental, com o fim da *pax* romana, demonstra que a ausência de um processo duradouro e constante de paz pode conduzir a humanidade a experimentar momentos de profundas perturbações na ordem social. Perturbações que tem, dentre suas bases, a violência, a fome, o medo, o desespero, a imigração, guerras sectárias e muito mais. É necessário recordar que com o fim da *pax* romana, a sociedade ocidental foi conduzida a mergulhar num longo período de pobreza, de guerras sangrentas

e de disputas irracionais pelo poder. Apensar da pouca influência do império romano ocidental desde o século V d. C., apenas no século XIII, ou seja, 800 anos depois, o Ocidente voltou a ter um padrão socioeconômico compatível com a antiga sociedade romana e apenas no século XVIII, o Ocidente conseguiu ter um processo de desenvolvimento econômico e de pacificação social comparável à *pax* romana.

Em grande medida, apesar de toda a necessária crítica ética, a *pax* romana, a experiência de desenvolvimento econômico e de pacificação social realizada pelos romanos é um grande feito para a humanidade e que, por isto, até os dias atuais provoca controvérsias e lutas, por parte de governantes e de lideranças políticas e militares, para reviver, para colocar em prática novamente tal experiência.

A PAZ ANGLOFÔNICA: ENTRE A PAZ BRITÂNICA E A PAZ AMERICANA

Nos atuais debates travados dentro das ciências humanas e, especificamente, em torno da temática da paz, é comum se pensar a chamada *pax* americana como um processo independente, autônomo, algo próximo do conceito de *paradigma* de Thomas S. Kuhn. O presente estudo não é uma negação profunda deste tipo de debate. No entanto, para a presente discussão afirma-se que a chamada *pax* americana está inserida dentro de um contexto maior, ou seja, da paz anglofônica ou paz de língua inglesa. Por sua vez, a paz anglofônica é um dos firmes fundamentos do paradigma moderno da paz. Os gigantescos recursos financeiros, administrativos, diplomáticos e militares dos países de língua inglesa, especialmente a Inglaterra e os EUA, são uma das principais bases de sustentação do paradigma moderno da paz.

O paradigma moderno da paz é alicerçado em conceitos (re)construídos pelo pensamento moderno como, por exemplo, Estado, nação, razão, indivíduo, cidadania, autonomia e coerção. Apesar desta construção conceitual-filosófica, que encontra algum nível de respaldo na realidade social, desde os primórdios da modernidade, já com o advento da renascença, nos séculos XVI e XVII, tenta-se edificar a paz por meio da burocracia estatal e do restabelecimento da política militarista que caracterizou a *pax* romana.

A cada momento histórico da modernidade existe um país ou grupo de países, uma língua, um idioma que, por razões diversas, irá materializar e, ao mesmo tempo, impulsionar o processo de paz. Será um processo que, em muitos aspectos, irá copiar o modelo da *pax* romana. Dentro deste contexto tem-se, por exemplo, entre os séculos XVI e XVII a paz Ibérica representada por Portugal e Espanha que, naquele momento histórico, eram as duas potências militares e econômicas da Europa e estavam liderando a corrida pelo descobrimento e exploração do novo mundo; no século XVIII, com o enfraquecimento político e militar de Portugal e Espanha, emerge a paz francesa; no século XIX existe a predominância da paz britânica e no século XX a paz americana.

Como se pode ver entre os séculos XVI e XX, à medida que o projeto moderno amadurece e, em muitos aspectos, entra em crise, tem um país, língua e região do mundo (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e os EUA) que irá orientar e liderar o processo de modernização do Ocidente e, dentre outros fatores, a construção da paz.

Dentro deste processo, deve-se ver a paz anglofônica como um processo de integração entre a *pax* britânica e a *pax* americana. Um processo de integração que, além do fator do idioma, ambos têm o inglês como língua oficial, leva em consideração a profunda aproximação cultural, religiosa, étnica e os interesses estratégicos que possuem em comum ao redor do mundo (BUENO, 1997).

No século XIX coube ao império da Inglaterra, num processo de substituição da hegemonia francesa, levar para vários lugares afastados e isolados do planeta Terra os valores da modernidade, do Iluminismo, do cosmopolitismo e da cidadania. Num processo contraditório, que remonta a contradição da *pax* romana (prosperidade econômica X opressão militar), a *pax* britânica levou a liberdade econômica, a prosperidade material a muitas regiões da África e da Ásia. No entanto, essa prosperidade é conduzida por meio da marinha real inglesa, dos fuzileiros navais e, por conseguinte, da guerra e da opressão militar (LESSA, 2006).

No processo de estabelecimento da *pax* britânica houve uma série de intervenções político-diplomáticas e militares em várias regiões do mundo. Também em diferentes regiões da África e da Ásia o governo e o

exército britânicos interviram e, com isso, retiraram do poder governantes locais, promoveram guerras sectárias e ajudaram a criar nações. Um bom exemplo de como agiu, ao redor do mundo, a *pax* britânica foi o processo, na segunda metade do século XIX, de independência do Uruguai, o qual ficou independente tanto da Espanha como também do Brasil. Vale salientar que o Uruguai chegou a compor o território brasileiro com o nome de Província Cisplatina. O problema é que a independência do Uruguai, além de uma reivindicação da população local, era um projeto político-militar da Inglaterra para, ao mesmo tempo, deter o avanço do império brasileiro, sob a liderança do imperador Dom Pedro II, o avanço das reivindicações de hegemonia militar de países, por exemplo, como a Argentina e o Paraguai e estabelecer uma ampla rede de distribuição, dentro dos países da América do Sul, das mercadorias fabricadas em território inglês (PADRÓS, 1996).

Vários são os fatores que conduziram ao enfraquecimento da *pax* britânica. Dentre outros citamos: a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), que enfraqueceu o poderio militar inglês, a emergência da Rússia socialista, pós-revolução de 1917, que, liderada por Lenin e Stalin, desejava espalhar o seu poder ideológico e militar ao redor do mundo. Nas primeiras décadas do século XX o Ocidente viu a hegemonia político-militar passar das mãos da Europa, que detinha essa hegemonia desde o século XVI, para a América do Norte, especialmente para os EUA (SARAIVA, 2001). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) o questionamento da hegemonia europeia, em grande medida representada pela *pax* britânica, cresceu. Este crescimento se dá, dentre outros fatores, pelo processo de descolonização da África e da Ásia e da busca, dentro desses dois continentes, de formas autônomas e até mesmo alternativas de desenvolvimento econômico e de convivência recíproca (BARRACLOUGH, 1976).

A mudança da hegemonia da Europa para a América do Norte não significou o fim de uma cultura que pode ser classificada como *cultura para o imperialismo* (IANNI, 1976), ou seja, uma estrutura cultural que, fundamentada nos mais diversos argumentos racionais, tem por missão levar para as amplas regiões do mundo, muitas vezes de forma autoritária, seus próprios valores culturais.

Pelo contrário, a mudança da hegemonia da Europa para a América do Norte representou na prática a radicalização do projeto racio-

nal-iluminista da modernidade e, ao mesmo tempo, a retomada, de forma mais aperfeiçoada, da *pax* britânica. Neste sentido, deve-se ver esse projeto, liderado pelos EUA, como um projeto imperialista. No entanto, não se trata de *império* da forma clássica, tal como foi constituído pelo império romano, mas de uma nova e sofisticada forma de dominação. Uma dominação alicerçada na razão, na democracia, na liberdade e na sociedade civil (SCOWEN, 2003; LENS, 2006; MONIZ BANDEIRA, 2006).

Em grande medida, os EUA conseguiram, até a segunda década do século XXI, realizar de forma radical o projeto racional-iluminista da modernidade e dar continuidade a *pax* britânica porque estão imbuídos e mergulhados numa imagética *missão de redenção da humanidade* (AZEVEDO, 1988).

Os EUA construíram essa imagética missão de redenção da humanidade a partir da doutrina do destino manifesto (*Manifest Destiny*). Trata-se de um conjunto de ideias – não chega a ser uma *doutrina* da forma, como, por exemplo, o direito e a filosofia pensam essa palavra – que, no século XIX, defendia a crença que os americanos deveriam se expandir pelo território da América do Norte e até mesmo por outras regiões do planeta. Essa crença era fundamentada principalmente na convicção de que o povo americano foi eleito por Deus para civilizar o continente americano. Fruto desta crença, por exemplo, é a violenta conquista do oeste americano com as clássicas cenas de matanças de índios (RAMOS, 2008; COSTA, 2011).

No final do século XIX e início do XX a crença no destino manifesto foi reforçada com a difusão da ideia do poema fardo do homem branco (*The White Man's Burden*). Trata-se da ideia que o homem branco, ocidental e, em grande medida, produto do iluminismo europeu tem a nobre missão de levar aos confins do mundo, a regiões isoladas e tecnologicamente atrasadas a civilização, o livre comércio, a livre iniciativa, a democracia e os benefícios da tecnologia moderna. É possível se tomar como referência histórica do chamado *fardo do homem branco* na ocupação, no final do século XIX, militar das Filipinas pelos EUA. Os americanos só se retiraram definitivamente das Filipinas no ano de 1946 (DIAS, 1974).

Desde o final do século XIX, mas principalmente ao longo de todo o século XX, os EUA desenvolveram uma série de guerras de conquistas, guerras preventivas e outras modalidades de intervenção militar ao redor do planeta. Em grande medida, no século XX e no início do XXI, os EUA se tornaram uma espécie de *polícia do planeta*. Uma polícia responsável, dentre outras funções, de manter a ordem, a estabilidade entre as nações, entre os povos e etnias. Com isso, os EUA conseguiram dar continuidade a *pax* britânica e, com certo êxito, restabelecer em plena modernidade a *pax* romana.

Vários são os fatores que fundamentam e, ao mesmo tempo, impulsionam os EUA a serem a *polícia do planeta* e, com isso, criar a chamada *pax* americana. Entre estes fatores é possível citar, por exemplo, a dependência do mundo moderno – e porque não dizer, a dependência da própria civilização moderna – de fontes de energia, especialmente do petróleo (TORRES FILHO, 2007; MARINHO, 2010), o colapso da experiência socialista nos países do Leste Europeu e as diversas crises econômicas que, desde a década de 1930, assolam os países capitalistas e colocam em risco o projeto da modernidade (KURZ, 1999).

A *pax* americana demonstra que, apesar do antigo paradigma da *pax* romana (a paz militar, a paz armada etc.) ter entrado em decadência – junto com o império romano, suas táticas, métodos de atuação e principalmente o fato de ter conseguido estabelecer um longo processo de paz para grande parte da humanidade, continua a inspirar e a motivar modelos de implantação da paz ao longo da história.

É importante esclarecer que a *pax* americana não se funda apenas na superioridade econômica e militar dos EUA e de seus aliados mais próximos (Inglaterra, Canadá etc.), mas sim numa série de problemas internacionais como, por exemplo, a inaptidão tecnológica de outros países de concorrerem com a alta tecnologia produzida nos EUA – a tentativa mais recente e, até certo ponto questionável, é o avanço tecnológico e econômico da China –, o fracasso do socialismo, a incapacidade da ONU e de outros organismos de promoverem a paz e a dificuldade de países se organizarem em blocos e, com isso, constituírem uma força econômica e militar compatível com os EUA.

Face a tais circunstâncias atuais é necessário dispender tempo em análise sobre quais são os limites e problemas intrínsecos à chamada paz anglofônica.

LIMITES E PROBLEMAS DA PAZ ANGLOFÔNICA

No atual momento histórico a paz anglofônica é liderada pelos EUA. Uma liderança que se materializa por meio da *pax* americana. Isso não significa que os demais países de língua inglesa não participem deste processo de paz. Se for tomada por base a história do século XX, ver-se-á que se trata de uma história com a forte liderança americana, mas, ao mesmo tempo, os EUA não estão isolados no exercício do poder político, diplomático e militar. Pelo contrário, ao menos durante o século XX, os demais países de língua inglesa (Inglaterra, Canadá etc.), salvo alguma exceção, estiveram ao lado dos EUA nas guerras, nas disputas internacionais e diplomáticas.

Existe um certo senso comum – quase um mito – que afirma que seria bom os EUA perderem a liderança mundial no campo da economia, da política e principalmente militar. Essa ideia pode ser encontrada nos discursos do cidadão comum e até mesmo de intelectuais e artistas.

Dentro de um debate ético e democrático deve-se pensar a médio e longo prazo a diminuição e até mesmo a perda do gigantesco poder político-militar que atualmente os EUA desfrutam. O problema que não se pode esperar e até mesmo desejar que num curto espaço de tempo o poder americano seja enfraquecido, que a *pax* americana seja quebrada, que entre em decadência. O motivo de não dever existir essa esperança é que não existe nenhum paradigma de paz para substituir a *pax* americana, não existe algum consenso internacional, organismo internacional ou algo semelhante que possa, no caso de decadência da *pax* americana, manter um nível de equilíbrio no mundo e, com isso, evitar o caos, a desordem generalizada e até mesmo a barbárie.

O exemplo da decadência do império romano deve guiar as reflexões sobre a superação da *pax* americana. Quando Roma caiu e, com isso, houve o fim da *pax* romana, não havia um novo paradigma de paz para

substituir a *pax* romana. Com exceção da Igreja, não havia uma instituição internacional capaz de manter o equilíbrio mundial, a ordem entre as nações, povo e etnias. O que se viu após a queda do império romano do Ocidente e o fim da *pax* romana foi a difusão do caos, da desordem, da fome, da violência e da barbárie. O Ocidente levou 1.300 anos para superar o trauma que representou o fim da *pax* romana. De forma análoga, este mesmo problema pode acontecer no Ocidente moderno caso a *pax* americana seja rapidamente e de forma abrupta rompida, esvaziada e abandonada. Em preciso esclarecer que em hipótese alguma está se defendendo a manutenção eterna da *pax* americana. Apenas está se demonstrado que em curto prazo – talvez nos próximos 50 ou 100 anos – a *pax* americana é necessária para que a sociedade moderna continue num processo de aperfeiçoamento material e tecnológico e, ao mesmo tempo, possa construir estruturas sociais que possam promover a paz.

Ao mesmo tempo em que, em curto prazo, existe a necessidade da manutenção da *pax* americana, é necessário compreender que este modelo de paz está inserido dentro de um paradoxo, é o chamado *paradoxo do poder americano* (NYE JR., 2002).

Existem várias formas de se pensar o paradoxo do poder americano. Dentro do atual debate, ele será pensado a partir da problemática da paz. A paz anglofônica, e de forma específica a *pax* americana, reproduz, dentro da modernidade, o dilema da *pax* romana. Esse dilema se materializa pelo fato de tanto a *pax* romana como a *pax* americana conseguem, com eficiência, estabelecerem a paz armada, a paz militar, controlar territórios, derrotar exércitos inimigos e controlar rebeliões populares. Além disso, assim como o império romano, a paz anglofônica leva o desenvolvimento tecnológico e conforto material para várias regiões ao redor do mundo. O problema é que apesar de toda essa eficiência, algo digno de elogio, falta uma integração – dentro do paradigma da paz – das comunidades locais, das nacionalidades, das etnias, das línguas e linguagens, das religiões e de todo um contexto sociocultural. Essa falta de integração culmina no questionamento e até mesmo na rebelião (guerras, insurreições etc.) contra a paz anglofônica.

Além do problema da falta da integração, existe outro problema. Atualmente a paz anglofônica, especialmente a *pax* americana, experimen-

ta um dilema vivido pelo império romano e pela *pax* romana. Trata-se do fato que tanto Roma como os EUA – e os outros países que compõem a paz anglofônica – levarem ao mundo o aperfeiçoamento material e o desenvolvimento tecnológico. Esse aperfeiçoamento conduz que as populações locais e que as pessoas tenham vidas mais confortáveis e que suas necessidades básicas (água, comida, moradia) sejam saciadas com mais rapidez e facilidade. O problema é que historicamente quando as comunidades locais e as pessoas levam vidas mais confortáveis, com suas necessidades básicas saciadas de forma mais fácil, essas mesmas pessoas passam gozar do privilégio da liberdade e, com isso, a se dedicarem a atividades lúdicas e do espírito (arte, música, literatura, cinema etc.), a buscarem novas formas de organização social, novas explicações para o mundo real, novas teorias no campo do direito, da política e da filosofia.

A consequência de todo este movimento é o surgimento de correntes de pensamento contrárias ao paradigma da paz dominante e hegemônico. É o que Thomas S. Kuhn vai chamar de *crise do paradigma*. É interessante notar que essa crise é causada exatamente pelo êxito, pelo sucesso do paradigma. Foi o êxito dos romanos em levar o conforto material ao mundo que fez que este mesmo mundo se voltasse contra Roma. O império romano não conseguiu lidar com a crise do paradigma e terminou entrando em decadência. A pergunta que se faz: a paz anglofônica e, por conseguinte, a *pax* americana saberão lidar com a crise do paradigma? Será possível haver um processo interno de reconstituição do paradigma?

O presente estudo não tem por missão dar uma resposta definitiva a essas e outras perguntas semelhantes que podem ser realizadas. No entanto, dentro de um quadro de reflexão sobre o problema, é necessário pensar o debate da paz, incluindo a *pax* americana, dentro do atual contexto das crises éticas e sociais contemporâneas. É necessário, como adverte Appiah (2008), pensar o debate ético atual dentro do quadro que a sociedade contemporânea é, muitas vezes, formada por estruturas e indivíduos estranhos que não se reconhecem mutuamente e nem se quer conseguem reconhecer o mínimo de coesão necessária para haver vida social. São grupos e indivíduos que vivem quase como *nômades*, ou seja, unidades autônomas, independentes do mundo social e dos demais indivíduos.

CAMINHOS DO HUMANISMO: NECESSÁRIA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA DA PAZ

Neste contexto é preciso, de um lado, repensar o papel ético e humanizador da sociedade, do ser humano, repensar os valores da modernidade (liberdade, cidadania etc.). Do outro lado, é preciso perceber que, num contexto de um mundo de estruturas sociais e de pessoas que não se reconhecem mutuamente, que vivem uma espécie de *estranheza mútua*, não será possível abandonar o projeto da paz anglofônica e da *pax* americana de forma tão rápida. Ao menos em médio prazo o mundo de estranhos exigirá o arbítrio numa forma maior, uma força político-militar capaz de impor uma certa ordem, capaz de evitar, ao menos temporariamente, o caos e a barbárie.

No entanto, dentro do *debate contemporâneo sobre o cosmopolitismo* (SALATINI, 2016) é necessário se repensar o papel da paz anglofônica e da *pax* americana. Um modelo de paz que, como visto anteriormente, a curto e médio prazo ainda será necessário.

No debate contemporâneo sobre a paz deve-se repensar o papel da diplomacia e dos organismos multilaterais que representam vários setores, grupos e atores dentro das relações internacionais. Um projeto de paz para o século XXI deve levar em conta as aspirações das grandes nações ao redor do mundo, mas principalmente as pretensões das demais nações de participarem no poder global e de democratização dos espaços de construção da paz oriundos dos organismos multilaterais (ARAVENA; GARCIA, 1999).

Dentro deste debate emergem os projetos de regiões ao redor do mundo como, por exemplo, o projeto da Ásia-Pacífico (PINTO, 2009) e da América do Sul (MIYAMOTO, 1987; LIMA; COUTINHO, 2007). São projetos que não têm condições de rivalizar, de forma direta, com o poderio econômico-militar da paz anglofônica, mas que, por diversos meios e métodos, poderá se integrar ao projeto maior de paz, complementá-lo e até mesmo ajudá-lo a passar pelo processo de transição para outro paradigma da paz.

Além da integração dos projetos regionais e dos organismos multilaterais, é necessária a construção de caminhos e meios diplomáticos, po-

líticos e econômicos para a efetivação da municipalidade, dos municípios na construção de um projeto mais eficaz para a paz na sociedade (BRITO, 2011). Os municípios são os grandes canalizadores dos conflitos e problemas sociais, das estruturas que geram a guerra e a violência. Sem um projeto de pacificação dos municípios, de instalação de harmonia e tranquilidade dentro da municipalidade, não será possível o sucesso de qualquer modelo de paz. A paz passa obrigatoriamente pelos municípios. Por isso, os gigantescos recursos econômico-tecnológicos e diplomático-políticos devem, além de estar a serviço da paz internacional, da paz entre as nações, devem estar a serviço da construção da paz dentro dos municípios, dentro da municipalidade.

Também, dentro do debate contemporâneo sobre a paz deve-se repensar o papel e a própria dinâmica interna dos principais organismos internacionais de promoção e manutenção da paz, especialmente o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) (NASCIMENTO, 2007).

A ONU foi criada para ser um organismo internacional, cuja principal função é a promoção e a manutenção da paz mundial. No entanto, por diversos fatores (burocracia, corrupção, conselho de segurança unificado, crise de legitimidade etc.) não consegue cumprir sua missão. Dentro de um quadro de repensar a paz anglofônica, especialmente a *pax* americana, é necessária uma revisão do papel e da função da ONU no cenário internacional. Por si só, a ONU não possui estrutura para substituir os países de língua inglesa, especialmente os EUA, no processo de construção e manutenção da paz ao redor do mundo, mas ela poderá ser um organismo internacional capaz de, em médio e longo prazo, ajudar a revisar o atual paradigma da paz.

CONCLUSÃO

Ao longo da discussão demonstrou-se que a modernidade tem vivido uma sucessão de modelos de paz baseados na força político-diplomática e principalmente militar. Neste contexto, houve, entre os séculos XVI e XVII o modelo Ibérico liderado por Portugal e Espanha, no século XVIII tivemos o modelo francês e a partir do século XIX temos o modelo da paz anglofônica. Inicialmente no século XIX este modelo foi protago-

nizado pela Inglaterra e a partir do século XX até as primeiras décadas do XXI liderado pelos EUA.

A paz anglofônica conseguiu, por meio da forma político-diplomática e militar, restaurar, dentro das condições sócio-históricas modernas, a antiga *pax* romana, ou seja, a paz armada, militar, de controle de território e fronteiras.

Devido ao grande poder econômico, tecnológico, diplomático e militar não será possível, em curto prazo, o abandono da paz anglofônica. No entanto, tanto para haver uma maior integração das nações, comunidades e cidadãos como também para haver uma reflexão sobre este modelo, visando a construção de outro modelo de paz, é necessário se repensar o papel na construção e efetivação da paz dos organismos multilaterais, dos projetos regionais na Ásia, na América do Sul e em outras regiões do planeta, se valorizar o espaço do município, como espaço de construção da paz, e se repensar a missão dos organismos internacionais para a manutenção da paz, especialmente a ONU.

Por fim, afirma-se que a paz anglofônica, a exemplo da *pax* romana, trouxe para a sociedade moderna uma onda de violência e de níveis diferentes de opressão. No entanto, não se pode negar que este mesmo modelo de paz, seguindo o modelo histórico da *pax* romana, trouxe para a sociedade uma onda de benefícios materiais, de conforto físico e de tecnologia. O desafio contemporâneo é conseguir unir o desenvolvimento técnico-material com as reivindicações de participação, de integração, de liberdade e de convivência mais amistosa, dentro de um espírito característico de uma sociedade fraternal.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, K. A. *Cosmopolitismo: ética num mundo de estranhos*. Lisboa: Europa-América, 2008.
- ARAVENA, F. R.; GARCIA, P. M. Diplomacia de cúpulas: o multilateralismo emergente do século XXI. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 291–359, 1999.
- AZEVEDO, C. O sentido de missão no imaginário político norte-americano. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 77–90, 1998.

- BARRACLOUGH, G. A revolta contra o Ocidente: a reação da Ásia e da África à hegemonia europeia. In: BARRACLOUGH, G. *Introdução à história contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 101–131.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOBBIO, N. *O problema da guerra e as vias da paz*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.
- BRITO, S. R. U. Diplomacia das cidades: participação dos municípios na consolidação da paz e direitos humanos. In: SALA, J. B. (Org.). *Relações internacionais e direitos humanos*. Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 59–74.
- BUENO, C. Da pax britânica à hegemonia norte-americana: o integracionismo nas conferências internacionais americanas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 231–250, 1997.
- COSTA, P. B. O Destino Manifesto do povo estadunidense: uma análise dos elementos delineadores do sentimento religioso voltado à expansão territorial. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, Maringá. *Anais...* Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. p. 2267–2276.
- DIAS, M. O. *O fardo do homem branco: um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- DIP, R. *Segurança jurídica e crise pós-moderna*. São Paulo: Quartier Latin, 2002.
- GUIMARÃES, M. R. Paz, reflexões em torno de um conceito. In: BALESTRERI, R. (Org.). *Na inquietude da paz*. Porto Alegre: Capec, 2003. p. 33–60.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, O. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- KAPLAN, A. *O mal-estar no pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LENS, S. *A fabricação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- LESSA, A. C. A Pax Britânica e o mundo do século XIX. *História das Relações Internacionais*, ano 11, n. 20, p. 187–189, jun. 2006.
- LIMA, M. R. S.; COUTINHO, M. V. *A agenda sul-americana: mudanças e desafios no início do século XXI*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- LYON, D. *Pós-modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

- MARINHO, H. A. de M. P. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. *História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 7, p. 1–10, jan./jun. 2010.
- MIYAMOTO, S. Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 20–23, 1987.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Formação do império americano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NASCIMENTO, B. L. F. *Solução de controvérsias internacionais: revisão do papel da ONU como pilar da segurança internacional*. São Paulo: Juruá, 2007.
- NYE JR., J. S. *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- OLIVEIRA, M. A. *Para além da fragmentação: pressupostos e objetivos da racionalidade dialética contemporânea*. São Paulo: Loyola, 2002.
- PADRÓS, E. S. A pax britânica e a independência do Uruguai: estado-tampão e balcanização no espaço platino. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, n. 5, p. 107–135, jul. 1996.
- PINTO, P. A. Notas sobre a formulação de um projeto regional na Ásia-Pacífico. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 38–44, 2009.
- POZZOLI, L. *Maritain e o direito*. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____.; LUCA, G. D. de. Papel dos tratados internacionais como instrumento de combate à discriminação racial. In: SILVA, M. A. M. da et al. *Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: estudos em homenagem a António Guterres*. São Paulo: Quartier Latin, 2017. p. 721–730.
- RAMOS, A. L. A.; MIRANDA, A. R. A. Religião civil, destino manifesto e a política expansionista estadunidense. *Ameríndia: História, Cultura e Outros Combates*, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2008.
- ROSSI, L. A. S. Exército romano: conquista, terror e violência. *Revista Pistis Praxis*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 61–76, 2011.
- ROUANET, L. P. A paz reexaminada. In: SALATINI, R. (Org.). *Reflexões sobre a paz*. Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 51–68.
- SALATINI, R. O tema da paz perpétua. In: SALATINI, R. (Org.). *Reflexões sobre a paz*. Marília: Oficina Universitária, 2014. p. 33–50.
- _____. Debate contemporâneo sobre o cosmopolitismo. In: SALATINI, R. (Org.). *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais*. Marília: Oficina Universitária, 2016. p. 11–22.
- SANTOS, I. A crise da paz na sociedade contemporânea. In: GIRO MARÍLIA, Marília, 4 maio 2016. Caderno Opinião. Disponível em: <<http://www.giromarilia.com.br/colunas/congresso-da-paz/a-crise-da-paz-na-sociedade-contemporanea/5628>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. Crise do paradigma moderno da paz. In: SERRA, C. (Org.). *O que é paz?* Maputo: Escolar Editora, 2017. p. 12–37.

SARAIVA, J. F. S. *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética*. São Paulo: Ibri, 2001.

SCOWEN, P. *O livro negro dos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERIQUE, I. Pax Romana e a Eirene do Cristo. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 119–134, 2011.

TORRES FILHO, E. T. O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, J. L. (Org.). *O poder americano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 309–346.

VATTIMO, G. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WENGST, K. *Pax romana, pretensão e realidade: experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 1991.